

## Orçamento e Plano Plurianual receberão emendas até dia 22

Cada parlamentar pode propor 12 alterações no PPA, que terá parecer final do relator até o dia 17 de novembro, e 20 na proposta orçamentária para 2000, cuja tramitação será concluída em 15 de dezembro



Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho, pretende encaminhar seu parecer sobre o PPA à Mesa do Congresso até o dia 24 de novembro

A Comissão Mista de Orçamento receberá até o dia 22 deste mês as emendas individuais ou coletivas ao Projeto de Lei Orçamentária do ano 2000 e ao Plano Plurianual (PPA) 2000/2003. Cada parlamentar pode apresentar no máximo 12 emendas ao PPA, sem limite de valor, e 20 emendas ao Orçamento que não excedam o total de R\$ 1,5 milhão.

De acordo com os prazos estabelecidos para os trabalhos, o relator do PPA deverá apresentar seu parecer até 17 de novembro, e a tramitação da proposta orçamentária será encerrada em 15 de dezembro.

PÁGINA 3

## CONGRESSO ESTÁ DECIDIDO A COMBATER A POBREZA, DIZ ACM

Em entrevista à Rádio das Nações Unidas, em Nova York, o senador Antonio Carlos Magalhães afirmou que o Congresso “está decidido a resolver o problema da pobreza”. ACM foi recebido na sede da ONU pelo subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Sociais, Nittin Desai, a quem entregou carta dirigida ao secretário-geral, Kofi Annan, pedindo apoio a sua proposta de combate à miséria.

PÁGINA 2



Senador Antonio Carlos Magalhães foi recebido na sede da ONU pelo subsecretário-geral Nittin Desai

CCJ

## Projeto limita gastos dos legislativos estaduais

PÁGINA 4

## Senadores temem ameaça à Amazônia

Pedro Simon e Mozarildo Cavalcanti pedem em plenário mais atenção do governo às fronteiras Norte e Oeste, com políticas de desenvolvimento que garantam a manutenção da soberania brasileira na Amazônia.

PÁGINA 8

# ACM vê Congresso decidido a resolver problema da pobreza

Em carta dirigida ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, o presidente do Congresso pede apoio à sua proposta de fundo contra miséria

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, afirmou em entrevista à Rádio das Nações Unidas, em Nova York, que o Congresso brasileiro "está decidido a resolver o problema da pobreza".

Antonio Carlos esteve na sede da ONU, na sexta-feira (dia 8), para entregar carta dirigida ao secretário-geral da organização, Kofi Annan, na qual pede apoio à emenda constitucional de sua autoria que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O presidente do Congresso foi recebido pelo subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, Nittin Desai.

Na carta, o presidente do Congresso assinala que o crescimento econômico não tem sido suficiente para erradicar a pobreza e, por isso, ele apresentou a proposta do fundo. O senador explica no documento ao secretário-geral da ONU que o fundo será formado com a receita de vários impostos já existentes e deve somar cerca de R\$ 4 bilhões ao ano. O dinheiro será administrado por um conselho que não terá a



Antonio Carlos foi recebido em Nova York pelo subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, Nittin Desai

participação nem do governo, nem de organizações partidárias.

Depois de lembrar que até o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, alertou para a necessidade de se humanizar a globalização econômica, Antonio Carlos sustenta que o Brasil chega a aplicar 21% do PIB em programas sociais. Entretanto, isso não tem conseguido retirar da

pobreza cerca de 25% dos brasileiros, nem tem diminuído a elevada concentração de renda do país.

Ao detalhar sua proposta, o senador fala das dificuldades para que os programas de ajuda aos pobres beneficiem as pessoas realmente necessitadas. Ele admite que muitos programas acabaram beneficiando quem não era realmente pobre.

## Parlamentares visitam uma das regiões mais pobres do Nordeste

Deputados e senadores da Comissão Mista para Combate e Erradicação da Pobreza foram na segunda-feira à Zona da Mata de Pernambuco, uma das regiões mais pobres do Nordeste, onde 80% das famílias vivem como indigentes e o analfabetismo atinge 68% da população.

No final da tarde, os parlamentares participaram de uma audiência pública na Assembléia Legislativa do estado, em Recife, e tinham visita prevista para ontem ao sertão de Alagoas. Na Zona da

Mata pernambucana, integrada por 56 municípios que vivem da produção de açúcar, há uma grande crise e, das 32 usinas, só 18 continuam funcionando. O desemprego atinge níveis altíssimos.

Os deputados e senadores visitaram três municípios da região. Em Escada, a usina da região faliu em 1991 e desde então seus ex-empregados vivem de recolher sucatas. Em Catende, a 140 quilômetros da capital pernambucana, a usina também faliu, mas os trabalhadores assumiram a sua administração

e têm conseguido mantê-la em atividade. Os parlamentares foram ainda ao distrito de Campos Frios, na divisa com Alagoas, onde mais de seis mil pessoas vivem na miséria e, para 200 famílias, a única refeição do dia é um sopão distribuído pela prefeitura.

Depois de ouvir em Brasília dezenas de especialistas, religiosos e administradores sobre a pobreza no Brasil, os integrantes da CPI decidiram conhecer regiões carentes e recolher sugestões para seu relatório final.



### AGENDA

QUARTA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 1999

#### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PR nº 96/99, dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados; \*PLC nº 96/95, acrescenta parágrafo ao art. 163 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da obrigação das empresas de manter serviços especializados em segurança e medicina do trabalho; \*PDL nº 15/98, aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre os governos do Brasil e da República da Guiné-Bissau; \*PDL nº 18/98, aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre os governos do Brasil e da República Tcheca; \*PDL nº 148/98, aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas; e \*Requerimento nº 538/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de resolução nºs 68 e 88, de 1999, por versarem sobre nova redação ao inciso VIII, do art. 13, da Resolução nº 78/98 (operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações).

#### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: \*PRS nº 96/99, dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados; \*PLC nº 86/96, altera o parágrafo do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o artigo 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; \*PLS nº 183/99, acrescenta artigo ao Código de Processo Penal, determinando os casos de sigilo de justiça; \*PLS nº 10/99, altera o dispositivo na Lei nº 6.911/80, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246/67; \*PEC nº 5/99, acrescenta parágrafos aos artigos 27 e 168 e altera os artigos 28 e 29 da Constituição federal, que tratam de relações jurídicas-orçamentárias entre os poderes dos estados, Distrito Federal e dos municípios; \*PLC nº 17/99, dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do parágrafo 1º do art. 102 da Constituição federal; e \*PLC nº 35/99, altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501/86. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

17h30 - Comissão de Educação

Pauta: \*PLS nº 111/99, institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; \*PLS nº 218/99, denomina senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo (Uned) de Colatina; \*PLS nº 340/99, dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; \*PLS nº 512/99, denomina Rodovia Luiz Carlos Prestes o trecho que especifica da BR-020; \*PLS nº 339/99, denomina o trecho da BR-262, entre o bairro Jardim América e o trevo da Ceasa, no município de Cariacica-ES, como Mário Gurgel; \*PLS nº 532/99, inclui os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos de ensino fundamental; \*PLS nº 427/99, altera a denominação do Aeroporto Internacional de Macapá; \*PLS nº 41/99, dispõe sobre o tombamento do antigo estúdio do Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e sua transformação em museu da História do Rádio no Brasil; \*PLS nº 22/99, denomina rodovia governador Hélio Campos trecho da BR-174; \*PLS nº 360/99, denomina governador Edmundo Pinto trecho da rodovia BR-364; \*PLS nº 241/99, dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; \*PDL nº 144/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nossa Senhora de Belém (Rádio Cultura) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava (PR); \*PDL nº 194/99, aprova o ato que renova a permissão da Rádio Intercontinental Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba (PR); \*PDL nº 141/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alto Uruguai Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Humaitá (RS); \*PDL nº 181/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Presidente Venceslau Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Venceslau (SP); e \*PDL nº 182/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Presidente Prudente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Prudente (SP). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

#### ESPECIAL

12h - Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Star Wars: Episódio I - A Ameaça Fantasma*, de George Lucas. Auditório Petrônio Portella

#### PREVISÃO DA SEMANA

#### PLENÁRIO

Quinta-Feira (14.10.99)

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PLC nº 4/97, autoriza o Poder Executivo federal a reverter em favor da Sociedade Japonesa de Santos (SP) o imóvel que menciona; \*PDL nº 14/99, aprova o texto do Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; \*PDL nº 17/99, aprova o texto de Integração Cultural, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; \*PDL nº 36/99, aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; \*PLC nº 9/97, altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da assistência social; e \*Requerimento nº 539/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 169 e 502, de 1999, por versarem sobre estímulo ao primeiro emprego e emprego após os 40 anos de idade.

Sexta-Feira (15.10.99)

9h - Sessão não deliberativa

#### COMISSÕES

Quinta-Feira (14.10.99)

9h - Subcomissão do Cinema Brasileiro

2ª audiência pública sobre o tema "Povo do Cinema"

Convidado: José Álvaro Maisés, secretário para o desenvolvimento audiovisual do Ministério da Cultura - *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Emendas ao PPA e ao Orçamento vão até dia 22

Serão no máximo 12 por parlamentar para o Plano Plurianual. Para a Lei Orçamentária do ano 2000 podem ser apresentadas até 20 alterações por congressista. Relatórios têm prazos até 17 e 29 de novembro, respectivamente

Termina no próximo dia 22 o prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária e ao Plano Plurianual (PPA), que tramitam na Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). As propostas podem ser individuais ou coletivas, representando cada parlamentar ou bancadas e comissões permanentes.

Para o PPA, os parlamentares podem encaminhar no máximo 12 emendas, sem limite de valor. Já para o Orçamento poderão ser apresentadas até 20 emendas individuais, que não podem exceder, no seu total, o valor de R\$ 1,5 milhão.

As bancadas estaduais podem propor no máximo dez emendas

ao Orçamento e 20 ao PPA. As bancadas regionais, cinco e dez, respectivamente. As comissões permanentes, por sua vez, apresentam até dez emendas tanto para o PPA, quanto para o Orçamento.

As emendas de comissão são discutidas e votadas por cada uma delas. Na Comissão de Educação, os senadores apresentam emendas até a próxima sexta-feira para discussão e votação no dia 19.

O relator do PPA, deputado Renato Vilanna (PMDB-SC), tem até 17 de novembro para apresentar seu parecer final. Para o Orçamento, vai até o dia 29 de novembro o prazo para que o relator, deputado Carlos Melles (PFL-MG), apresente seu relatório final.



Gilberto Mestrinho, presidente da Comissão Mista de Orçamento

PRAZOS DA COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO	
<b>PLANO PLURIANUAL</b>	
Apresentação de emendas	até 22/10/99
Apresentação, publicação, distribuição e votação do parecer do relator sobre o projeto de lei	até 17/11/99
Encaminhamento do parecer da comissão à Mesa do Congresso	até 24/11/99
<b>ORÇAMENTO PARA 2000</b>	
Apresentação de emendas	até 22/10/99
Apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais	até 14/11/99
Apresentação, publicação, distribuição e votação do parecer final	até 29/11/99
Sistematização do parecer sobre o projeto e encaminhamento do parecer da comissão à Mesa do Congresso Nacional	até 8/12/99
Sistematização das decisões do plenário do Congresso Nacional e geração do autógrafa	até 15/12/99

## Subcomissão do Cinema ouve secretário do Audiovisual

A Subcomissão do Cinema Brasileiro promove amanhã, às 9h, audiência pública com a participação do secretário para o Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés, e de integrantes do Conselho Nacional de Cinema. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Educação e pretende apresentar projetos para fortalecer o cinema nacional.

Na última sexta-feira, foi realizada a primeira audiência pública da subcomissão. Participaram os diretores Roberto Farias, Nelson Pereira dos Santos e Gustavo Dahl; a professora Maria Dora Mourão, da Escola de Cinema da USP; Adriana Rattes, representante dos exibidores; e Marcos M. Marins, que mantém um *site* na Internet sobre o cinema brasileiro.

## Senado vota hoje alterações na CLT

O plenário do Senado vota hoje projeto de lei da Câmara alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no artigo referente à obrigação de as empresas manterem serviços especializados em segurança e medicina do trabalho. O objetivo é permitir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) que determine a suspensão da atividade quando as condições de trabalho coloquem em risco a integridade física do trabalhador.

O mesmo projeto obriga a contratação de técnico em segurança e medicina do trabalho com as prerrogativas dos integrantes da Cipa. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou uma emenda impedindo que o técnico tenha a prerrogativa de não sofrer despedida arbitrária. O senador entendeu que o técnico não deve fazer parte da Cipa, pois é um profissional a ser contratado para dar assessoria em questões de segurança.

Outro projeto na pauta é o que dispõe sobre o pecúlio dos servidores do Senado e órgãos supervisionados. Na mesma sessão, deverá ser votado o Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Brasil e a República da Guiné-Bissau. O parecer oferecido

A pauta do plenário para esta semana inclui a votação de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil



pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é favorável à aprovação.

Também aguarda votação acordo sobre o exercício de emprego por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado entre o governo brasileiro e a República Tcheca. O parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) na Comissão de Relações Exteriores foi favorável. Na mesma sessão, o plenário deve votar a Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, assinada em Caracas (Venezuela), com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

## CE pode criar Dia Nacional pela Reforma Agrária

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprecia hoje, às 17h30, projeto de lei que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, proposto pela senadora Marina Silva (PT-AC). A matéria tem parecer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), com emenda.

Projeto de lei que cria o Dia Nacional do Imigrante Italiano também está na pauta da comissão. A proposta é do senador

Gerson Camata (PMDB-ES) e conta com parecer favorável – com duas emendas – da relatora, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES).

Também consta da pauta da comissão projeto de autoria do senador Artur da Távola (sem partido-RJ) que determina o tombamento do prédio da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e a sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil.

## Porto propõe contrato simplificado para lavrador

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) apresentou projeto que disciplina as relações de trabalho nas atividades agropecuárias, criando o contrato de trabalho rural simplificado por prazo determinado – “uma modalidade atípica de contratação que pode adaptar-se às exigências de fluxos sazonais de necessidade de trabalho na zona rural”, segundo o autor.

Pelo projeto, ficam garantidos ao trabalhador do campo, sem prejuízo dos direitos constitucionais assegurados, uma remuneração equivalente a 1/12 do valor dos salários percebidos durante o período do contrato, acrescidos de um terço, a título de férias; o equivalente a 1/12 dos salários percebidos durante a vigência do contrato, a título de 13º, Fundo de Garantia pago diretamente ao empregado e salário-família, a ser pago mensalmente pelo empregador, diretamente ao trabalhador, deduzindo-se os valores pagos das contribuições previdenciárias.

# CCJ examina teto para gastos no Legislativo

Proposta de emenda à Constituição estabelece limites para despesas com o funcionamento do Poder Legislativo estadual, incluindo gastos com tribunais ou conselhos de contas, e para a remuneração dos deputados

Proposta de emenda à Constituição que estabelece limites para as despesas com o funcionamento do Poder Legislativo estadual, incluindo gastos com tribunais, conselhos de contas e a remuneração de deputados, será examinada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria de Geraldo Althoff (PFL-SC), a proposição recebeu substitutivo de Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Outros seis itens constam da pauta da reunião. Um deles é o projeto, apresentado por Luzia Toledo (PSDB-ES), que acrescenta artigo ao Código de Processo Penal para ga-

rantir segredo de Justiça aos processos relativos a crimes contra a liberdade sexual. O projeto recebeu parecer favorável de Ramez Tebet (PMDB-MS) e tramita em caráter terminativo, ou seja, terá decisão definitiva na comissão.

Também em caráter terminativo, será apreciado projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), com parecer favorável de Iris



Althoff é o autor da emenda que fixa limites para os gastos no Legislativo estadual

Rezende (PMDB-GO), que destina a taxa judiciária de 2% sobre o valor das causas da Justiça do Distrito Federal às obras do edifício-sede da Ordem dos Advogados do Brasil – seção do Distrito Federal – e à Escola de Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. No parecer,

Iris Rezende afirma que o projeto não cria nem aumenta despesas,

dando apenas nova destinação ao produto arrecadado das taxas judiciárias, que vinham sendo recolhidas aos cofres da União. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou voto em separado.

Será igualmente apreciado pela comissão projeto de lei da Câmara, com parecer favorável de Romeu Tuma (PFL-SP), que inclui os funcionários do serviço exterior na legislação relativa aos servidores públicos civis da União. A proposta elimina o limite de idade para acesso à carreira de diplomata.

Lúcio Alcântara deu parecer pelo arquivamento e inconstitucionalida-

de do projeto de lei da Câmara que trata da aposentadoria de titulares de serventia extrajudicial e que também está na pauta da reunião de quarta-feira da comissão. Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou voto em separado.

A CCJ examinará ainda o projeto de resolução do Senado que dispõe sobre o pecúlio dos servidores do Senado e dos órgãos supervisionados. A matéria tramita em regime de urgência. Outro item da pauta é o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o processo e o julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

## Museu Nacional restaura obras de arte do acervo do Senado

Convênio firmado com o Museu Nacional, do Rio de Janeiro, permitiu a restauração de cerca de 300 obras de arte do acervo do Senado. Digno dos melhores museus do país, o acervo está sendo agora identificado e catalogado para em breve ser exposto ao público.

Segundo o professor Moreira Dias Azevedo, da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AUDF), responsável pelo exame de cada uma das obras, as técnicas de restauração utilizadas só eram disponíveis no Rio, em Nova York e Paris.

Além dessas obras, há cerca de 100 outros quadros – distribuídos pelos gabinetes dos senadores, pela presidência e na residência oficial do Senado – que também serão analisados por Azevedo. Em uma segunda etapa, serão identificadas outras 50 obras de arte provenientes da representação do Senado no Rio de Janeiro, recentemente extinta.

A coleção inclui obras de Debret, Djanira, Di Cavalcanti, Burlle Marx, Carlos Scliar, Franz Krajcberg, Thereza Miranda e cerca de 60 ou-



Deana Guedes, Paulo Lustosa e Azevedo: acervo digno dos melhores museus

tros artistas, cujo valor ainda não foi calculado. Algumas já foram orçadas pela professora Celina Ribeiro há dois anos, mas seus preços podem estar defasados. “Um artista como Scliar, por exemplo, já começa a não ter preço, ou a ter preços definidos apenas em leilões”, diz o professor.

Apenas uma tapeçaria de Burlle Marx, que está exposta no Museu do Senado Federal, foi avaliada, em 1997, em US\$ 180 mil (cerca de R\$ 360 mil). Segundo Azevedo, as três dezenas de gravuras que analisou até agora já superam, conjuntamente, esse valor.

Por determinação do diretor da Secretaria de Informação e Docu-

mentação do Senado, Paulo Afonso Lustosa de Oliveira, o professor Azevedo não só determina a técnica utilizada em cada um dos trabalhos como também está preparando um pequeno texto introdutório sobre cada uma das obras.

A idéia é apresentá-las ao público em linguagem simples, identificando a intenção do autor e a época e o contexto em que foram realizadas. Com a identificação completa, Paulo Lustosa quer preparar um catálogo com todo o acervo, que poderá ser utilizado como presente para autoridades estrangeiras em visita ao Senado.

## Coleção será exposta ao público

O diretor da Secretaria de Informação e Documentação, Paulo Afonso Lustosa de Oliveira, quer obter um espaço permanente para exposição do acervo artístico do Senado Federal. Atualmente, há o Museu do Senado, mas suas instalações são pequenas para o imenso arquivo da Casa, segundo o diretor.

Paulo Lustosa afirmou que já está pleiteando junto ao diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, uma

área adequada para a exposição. Como sabe da exigüidade de espaço hoje no Senado, ele sugere que, provisoriamente, as obras em catalogação – ou parte delas – sejam expostas nas alas Senador Nilo Coelho e Senador Alexandre Costa.

A chefe de gabinete da secretaria, Deana Guedes, é uma das maiores entusiastas da exposição permanente. Para ela, uma coleção desse porte não pode ficar escondida.

Ela informou que boa parte do acervo da antiga sede do Senado no Rio (o Palácio Monroe) ainda não foi identificada. A coleção de arte do Senado, relatou Deana, começou por iniciativa de dirigentes da Casa, como os senadores Petrônio Portella e Ney Braga. “Poucos museus no Brasil têm a diversidade e a riqueza de gravuras que temos aqui”, diz o professor Moreira Dias Azevedo, que está catalogando as obras.

## Jucá defende programa agressivo de exportações

Um esforço concentrado das autoridades econômicas no sentido de viabilizar um programa de curto prazo “realmente agressivo” para aumentar as exportações e diminuir as importações foi defendido pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), ao analisar o fluxo de capitais externos nos últimos cinco anos. Segundo ele, neste período, o sistema produtivo brasileiro recebeu US\$ 514,6 bilhões e teve que pagar, a título de amortização de dívidas, retorno de investimentos realizados no mercado financeiro e outras remunerações, a quantia de US\$ 332,9 bilhões, restando um saldo positivo de US\$ 181,7 bilhões.

Jucá concordou com os economistas que afirmam que a balança comercial é o principal componente das contas externas que tem a capacidade de compensar a evasão de divisas resultante do pagamento de juros e lucros aos agentes econômicos internacionais. Para exemplificar, o senador lembrou os números do fechamento das contas externas em 1998, quando o país teve um déficit de US\$ 6,4 bilhões nas transações comerciais.

– Apesar desse resultado claramente negativo, segundo algumas previsões macroeconômicas que podem ser realistas, em curto espaço de tempo, ou seja, no máximo em três anos, a economia brasileira tem todas as condições de dar uma grande volta por cima em seu desempenho internacional e fechar o exercício de 2002 com um superávit bastante significativo, que poderá ficar em torno de US\$ 13,4 bilhões – acrescentou o senador.



Jucá acredita que o Brasil irá melhorar suas contas externas em no máximo três anos

Para Jucá, esse acontecimento poderia ser visto como o início de uma ampla recuperação das contas externas, que incluem o item “serviços”, onde estão embutidos remessas de lucros e pagamento de juros. “Para conseguir equilibrar a médio prazo as contas externas, o Brasil precisa começar a apresentar saldos elevados em sua balança comercial, ou seja, saldos capazes de igualar ou mesmo superar as outras despesas internacionais, que precisam ser reduzidas a um nível aceitável de cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto”, assinalou.

Jucá acredita que a economia brasileira tem todas as condições para realizar o que a Coreia do Sul e outros países asiáticos conseguiram com as exportações. O senador lembrou ainda que existem previsões apontando para o investimento, neste ano, de US\$ 23 bilhões na cadeia produtiva brasileira por empresas multinacionais e que, nos próximos anos, o país receberá cerca de US\$ 10 bilhões em investimentos industriais.

## Projeto proíbe venda no país de cigarro e cerveja para exportação

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou o projeto de lei que pretende alterar a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos



Requião pretende evitar o contrabando e o comércio ilegal dos produtos

cigarros destinados à exportação, para acabar com o contrabando e comércio ilegal desses produtos. De acordo com o projeto, cigarros e cerveja em lata destinados à exportação não poderão ser vendidos nem expostos à venda no país e as respectivas embalagens devem exibir, obri-

gatoriamente e em medidas determinadas, tarja vermelha com os dizeres impressos em letras de cor amarela: "Produto para Exportação – Venda Proibida no Brasil". Caso a embalagem tenha as mesmas cores, a tarja será verde com os dizeres em letra vermelha. O projeto foi encaminhado, em caráter terminativo, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para Requião, o pequeno selo de controle utilizado atualmente para

indicar que o produto é destinado à exportação não produz quase nenhum efeito nos compradores. O senador acredita que, uma vez observada a tarja vermelha e a proi-

bição nela contida, o consumidor refletirá antes de comprar um produto ilícito. Requião explicou que a lei tributária confere isenção de vários tributos para produtos de exportação, reduzindo pela metade o preço dos mesmos cigarros vendidos no mercado interno:

– O livre comércio dos cigarros objetos do crime de descaminho, salta aos olhos, ensejando, até mesmo, a desconfiança da opinião pública na lisura de comportamento dos agentes encarregados da fiscalização tributária. Note-se que, atingidas em seus direitos as três esferas de poder, salvo espereteza magnífica dos comerciantes ilegais de cigarros, é inevitável concluir pela omissão ou corrupção dos servidores dos fisco federal, estadual e municipal – disse o senador.

## Álvaro Dias quer livrar mutuários do peso da TR

Para senador, uso do índice para reajustar saldo devedor de imóveis permite à Caixa Econômica aumentar prestações de "forma abusiva"

O fim da Taxa Referencial (TR) como fator de correção do saldo devedor do imóvel foi defendido na segunda-feira pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que se baseou em auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União na área de habitação e hipoteca das superintendências regionais da Caixa Econômica Federal.

Ressaltando que está em vigor "uma fórmula mirabolante que reajusta as prestações de forma abusiva", Álvaro Dias observou que a elevada inadimplência (30%) dos mutuários se insere num quadro de redução paulatina dos financiamentos concedidos pela Caixa Econômica, conforme ficou demonstrado no relatório do TCU.

O senador disse que um caso detectado pelos auditores do tribunal na cidade-satélite de Sobradinho, no Distrito Federal, é um sintoma das graves distorções no financiamento habitacional. Um apartamento de 50 m<sup>2</sup>, com valor aproximado de R\$ 30 mil, teve, após



Álvaro Dias quer que CEF utilize outro índice que reflita melhor a realidade do mercado imobiliário

um ano de pagamento de prestações de R\$ 500, o saldo devedor aumentado para R\$ 40 mil:

– O tribunal determinou à CEF que promova estudos para verificar a viabilidade econômica de excluir a TR como fator de correção do saldo devedor frente a outro índice que, de fato, espelhe o real comportamento da variação dos preços do mercado de imóveis. A

instituição financeira deverá, ainda, denunciar à polícia todos os casos de invasão de imóveis e realizar auditorias de caráter preventivo nas áreas de habitação e hipoteca – disse Álvaro.

Os principais pontos que oneram os empreendimentos financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação são, de acordo com o relatório do TCU, as invasões dos imóveis, os acréscimos de encargos financeiros em razão da demora na comercialização, a execução da infra-estrutura e o superdimensionamento da demanda local.

Dias lamentou que o déficit habitacional de mais de 5 milhões de moradias no país – dados oficiais, que o senador considera subestimados – atinja principalmente as famílias de baixa renda, com rendimento mensal de até cinco salários mínimos, as quais respondem por mais de 94 % desse total. O senador também criticou o fato de a legislação permitir a retomada dos imóveis de forma abrupta.

## Para Bezerra, ataques contra Greca podem partir de donos de bingos

Ao reagir às recentes denúncias relativas ao jogo de bingo, publicadas na revista *Veja*, as quais, na sua opinião, visam atingir o ministro Rafael Greca, do Esporte e Turismo, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse achar estranho

que as denúncias apareçam no exato momento em que o Ministério do Esporte e Turismo inicia um processo de aprovação de medidas saneadoras para o setor de bingos.

Afirmando que a tribuna não é o espaço mais adequado para expor uma defe-

sa mais completa do ministro Greca em relação às acusações que sofreu, Carlos Bezerra disse que importa ressaltar que o ministro, de imediato, providenciou a apuração de todos os fatos, determinando a instauração de um sindicância interna e solicitando a colaboração da Polícia Federal nas investigações.

Carlos Bezerra informou que no mesmo mês em que apareceram as denúncias, o Ministério do Esporte e Turismo encaminhou ao Palácio do Planalto proposta de alteração da Lei Pelé. As alterações formuladas têm como obje-

tivos básicos, segundo o senador, impedir a formação de cartéis na compra de times de futebol e regulamentar, de modo mais claro e eficaz, o funcionamento dos bingos. Ele acrescentou que as regras atuais dos jogos de bingo não possibilitam um controle efetivo da atividade.

O senador assinalou que a implementação das alterações propostas na Lei Pelé, significarão, no que se refere ao jogo do bingo, "um avanço dos mais significativos para garantir a moralização da atividade e o cumprimento de sua principal função, que é a de fornecer recursos para o desenvolvimento dos esportes".

## Cândido pede ação contra violação de direitos humanos

Os abusos representados pela tortura e a pena de morte continuam a ser praticados em muitos países e exigem uma resposta internacional firme, alertou o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) a propósito do Dia Mundial da Anistia, celebrado em 4 de outubro. O senador também louvou o trabalho da Anistia Internacional, considerada por ele "a maior organização mundial de defesa dos direitos humanos".

Observando que não se pode calar diante da impunidade, Geraldo Cândido defendeu a anulação do julgamento que levou à absolvição dos oficiais responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, no qual morreram 19 trabalhadores rurais. Ele também denunciou o recente assassinato, no Rio de Janeiro, dos sindicalistas

Marcos Otávio Valadão e Edma Rodrigues Valadão e citou série de reportagens do jornal *O Globo* sobre a prática de tortura nas delegacias do Rio.

Relatório da Anistia Internacional sobre o preconceito racial do sistema penal norte-americano foi destacado por Geraldo Cândido. O estudo mostra que dos 500 presos executados entre 1997 e fins de 1998, mais de 81% haviam sido condenados pelo assassinato de uma pessoa branca, apesar de haver em todo o país praticamente o mesmo número de vítimas negras e brancas de homicídios.

Geraldo Cândido cobrou a libertação do jornalista Mumia Abu Jamal, ativista negro norte-americano, cuja prisão constitui, segundo o senador, "um dos mais notórios casos de injustiça e de racismo do



Cândido defendeu anulação do julgamento em Eldorado dos Carajás

Judiciário norte-americano".

Ao homenagear a Anistia Internacional, Cândido lembrou que a entidade foi fundada pelo advogado inglês Peter Benenson depois de ler a notícia de que dois estudantes portugueses foram condenados a sete anos de prisão por terem erguido um brinde à liberdade, em um bar de Lisboa, durante a ditadura de Salazar.



Bezerra lembrou que Greca mandou apurar todas as denúncias

# Alcântara pede reflexão sobre Federação brasileira

Ao retornar de evento que reuniu governantes, cientistas políticos e acadêmicos do mundo inteiro no Canadá, o senador alerta para risco de desagregação do país e pede redução de desigualdades regionais

Regressando do Canadá, onde participou de reunião sobre os governos federados, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu na segunda-feira uma reflexão profunda sobre a Federação brasileira. Ele alertou para o risco de desagregação entre os estados brasileiros.

Lembrando que 40% da população mundial vive em federações, o parlamentar explicou que o nível de autonomia e liberdade varia muito de um país para outro. Conforme sua análise, o Brasil passou de um regime extremamente centralizador para uma república que não nasceu da mobilização popular, mas de ação das elites.

Alcântara afirmou que, ao longo de nossa história, nunca houve problema de secessão, mas há o grave problema da disparidade regional e a diferença de condições de vida entre populações. “O risco que corremos de desagregação é exatamente em função dessa disparidade. Nesse particular, o governo brasileiro tem pecado em não ter políticas claras de desenvolvimento regional”, sustentou.

O senador apontou o risco de o país ingressar numa luta fratricida e observou que o mais fiel retrato disso é a guerra fiscal entre estados. Ele pediu maturidade aos agentes políticos do país para refazer esse pacto, afirmando que, entre as medidas que podem ser tomadas, há a reforma tributária.

Alcântara fez um relato da reunião promovida pela organização não-governamental Fórum das Federações, que concentrou governantes, acadêmicos e cientistas políticos do mundo inteiro no Canadá. O objetivo do encontro era discutir as características dos governos federados e sua situação diante das mudanças enfrentadas pelo mundo.

Alcântara lamentou que o governo não tenha ainda estabelecido políticas claras de desenvolvimento



Alcântara lamentou que o governo não tenha ainda estabelecido políticas claras de desenvolvimento

## Projeto estabelece garantias para os compradores de imóveis em construção

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto estabelecendo garantias aos adquirentes de imóveis em construção. A proposta inclui norma que obriga o incorporador

lizado. A apólice teria validade até cinco anos após o habite-se.

Ao justificar o projeto, o senador pelo Ceará lembrou os desmoronamentos dos edifícios Itália, Portugal e Espanha, em São José do Rio Preto (SP), do Palace II, no Rio de Janeiro e do Saint Marie, em Niterói (RJ), “todos levando de roldão o sacrifício de anos e anos de poupança de centenas de famílias, como também o sonho e a esperança de dias melhores.”

O senador afirmou que o poder público não pode ficar “impassível, inerte, indiferente, sem tomar providências” para evitar que se repitam tais tragédias e as incertezas desse tipo de empreendimento que a ganância de empresários “tem posto ao descrédito, em prejuízo da indústria da construção civil”.

Citando o caso da Construtora Encol, Alcântara disse que é preciso também amparar os compradores de imóveis em construção contra incorporadores “temerários” que se lançam no mercado sem as devidas cautela e prudência para o sucesso do empreendimento. Ele acrescentou que, em caso de sinistro, são intermináveis as apurações de responsabilidade, que demandam tempo em ações morosas com perícias e recursos.

— Não resta outra alternativa senão a de intervir no setor em favor do cidadão, frente à triste realidade levada a cabo por incorporadores irresponsáveis, que vilipendiam os promitentes compradores de imóveis em construção, levando-os a perder toda uma vida de sacrifícios no negócio — disse Lúcio Alcântara.

## Palmas terá complexo turístico, anuncia Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) anunciou que a cidade de Palmas, capital do Tocantins, vai construir a maior infra-estrutura de praias artificiais do mundo — o Projeto Orla. Com cerca de 15 quilômetros de extensão, o empreendimento, que será financiado pela iniciativa privada, contará com ilhas artificiais, parque com plantas do cerrado, marina para barcos e esportes aquáticos, porto e plataforma multimodal.

Segundo Eduardo, o projeto, de autoria do arquiteto Ruy Othake, impulsionará o turismo local tornando Palmas a principal porta de entrada de visitantes do estado. “Sem nenhuma megalomania, mas com incontido orgulho, vemos que Palmas cresce e, ao contrário das outras metrópoles, humaniza-se, preservando e ampliando a qualidade de vida da população,” ressaltou.

O senador, que foi o primeiro prefeito eleito da capital, informou que foi assinada a ordem de serviço para o início das obras e lançou a pedra fundamental do

aeroporto definitivo da capital. Orçado em R\$ 60 milhões, o novo aeroporto permitirá pouso e decolagem de aeronaves de última geração, com capacidade para receber 200 mil passageiros/ano.

— As duas iniciativas que mencionamos são indicativas de que o país está longe da estagnação, mas, muito ao contrário, que as atividades econômicas estão se dinamizando, gerando obras de infra-estrutura da maior relevância, que também proporcionarão a abertura de vagas no mercado de trabalho — destacou.



Eduardo vê ampliação da qualidade de vida da capital do estado do Tocantins

## Francelino celebra aprovação do Estatuto da Microempresa

Uma verdadeira carta de alforria do pequeno empresário nacional, como definiu o próprio presidente da República. Este é o significado do novo Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para o senador Francelino Pereira (PFL-MG), que disse considerar o estatuto “um documento de inegável significação para a economia brasileira”. O senador, que participou da solenidade de sanção da lei, lembrou sua coincidência com o 11º aniversário da promulgação da Constituição de 1988.

O senador destacou, também, o fato de a data da promulgação do novo estatuto, 5 de outubro, passar a ser considerada como o “Dia da Pequena Empresa”. A iniciativa, afirmou, representa “uma justa homenagem a uma comunidade reunida, pelo trabalho, aos 4,5 milhões de pequenas empresas desse segmento, as quais, como sabemos, geram mais de dois terços dos empregos no Brasil”.

Francelino Pereira destacou a contribuição do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae) e de outras entida-



Francelino considerou de “inegável gravidade” as declarações de Armínio Fraga nos EUA

des que deram sua contribuição no aperfeiçoamento do projeto aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Ele lembrou que o projeto cumpre preceito da Constituição que determina tratamento diferenciado para o micro e pequenos empresários.

Francelino Pereira aproveitou seu pronunciamento para tratar das recentes declarações do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, nos Estados Unidos, quando aconselhou investidores estrangeiros a evitar aplicações em Minas Gerais, na condição de

minoritários. O parlamentar repudiou as considerações feitas sobre Minas.

— Tal manifestação de uma autoridade brasileira no exterior, e alguém da responsabilidade do presidente do Banco Central, é de inegável gravidade — destacou.

O senador solidarizou-se com Minas Gerais e seus cidadãos, pelo que disse considerar “uma afronta à cidadania de Minas e ao seu importante papel histórico na formação da nacionalidade brasileira”, e lembrou que o estado sempre “acolheu com entusiasmo e responsabilidade os investidores estrangeiros”.

Francelino registrou a coincidência entre a crítica feita por Armínio e a conclusão dos entendimentos entre representantes do governo federal e do governo mineiro, a partir dos quais Minas voltará a honrar os compromissos externos. O senador afirmou que “esta é a melhor resposta que Minas poderia oferecer ao país e ao mundo — o senso de responsabilidade e de defesa intransigente dos interesses do povo mineiro”.

## Lúdio prega austeridade nos gastos públicos

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) pregou na segunda-feira a austeridade como valor fundamental na administração dos recursos públicos. Para o senador, o país está vivendo reflexos de atos de governos anteriores, "quando os administradores gastavam mais do que a nação tinha". Lúdio elogiou o presidente Fernando Henrique Cardoso, que, na sua opinião, procura arrumar as contas públicas, mesmo que isso signifique prejuízos em sua popularidade.

— O presidente já conseguiu parcelar os débitos de quase todos os estados, de quase todos os grandes municípios devedores, mesmo não conseguindo, de uma maneira geral, reduzir os gastos públicos. O presidente tem tido a coragem de persistir nessa linha, aceitando a impopularidade para cumprir o seu dever — avaliou.

Lúdio Coelho mostrou-se otimista com relação à avaliação que a sociedade brasileira fará da gestão de Fernando Henrique e do que ele chama



Lúdio Coelho elogiou atuação de Fernando Henrique

de "redesenho da máquina pública brasileira". Na avaliação do senador, a sociedade vai perceber que os gastos públicos precisam ficar menores que as receitas.

— Impostos e tributos não são feitos somente para pagar funcionários e o funcionamento da máquina pública — justificou.

O senador sugeriu que o presidente esclareça a população sobre as dificuldades decorrentes da política de austeridade. "Nosso desenvolvimento é remoto. Nosso crescimento econômico, único caminho para gerar emprego e combater a pobreza, é remoto. Como fazer face à dívida de US\$ 480 bilhões do país?", questionou.

Depois de ouvir aparte do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que disse que o presidente foi conivente com o endividamento dos estados, Lúdio Coelho salientou a participação do Congresso Nacional neste processo. "Estou aqui há cinco anos e não assisti ao Senado recusar nenhum empréstimo, não obstante muitas vezes com pareceres contrários do Banco Central."

## Plenário aprova voto de pesar pela morte de João Cabral

Ao apresentar requerimento nesse sentido, José Sarney diz que obra do poeta foi definitivamente incorporada ao patrimônio cultural do país

Por iniciativa do senador José Sarney (PMDB-AP), o Senado aprovou requerimento de pesar e condolências à família pelo falecimento do poeta e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), João Cabral de Melo Neto, ocorrido no Rio de Janeiro, no último sábado.

Para Sarney, com o falecimento de João Cabral, o maior poeta brasileiro da atualidade, o país

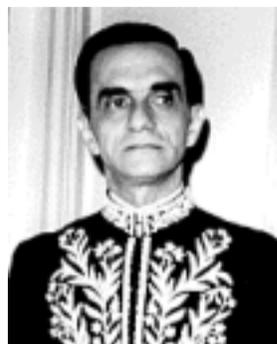


Foto oficial de João Cabral de Melo Neto como membro da ABL

fica, ao mesmo tempo, mais pobre e mais rico. "Mais pobre porque perdeu, em sua paisagem humana, uma figura referencial como João Cabral. Mais rico porque incorporou definitivamente, ao seu patrimônio cultural, a glória pessoal de um poeta singular", afirmou.

O senador pelo Amapá observou que, mesmo ao morrer, João Cabral prestou um serviço extra-

ordinário ao Brasil. "Ele fez o país parar, fazer uma pausa para reverenciar sua figura e sua obra, mesmo num momento em que atravessa tantas dificuldades. Os jornais dedicaram a ele páginas e páginas, numa demonstração de que o país soube apreciar seu dom da palavra sem enfeites, sem adornos", afirmou.

Sarney disse que João Cabral de Melo Neto faleceu como deve acontecer com os poetas: junto de Deus. "Depois de passar quase a vida toda afastado da fé, ele viveu seus últimos momentos conversando com Deus", acrescentou.

## Senado envia condolências à família de Saad

O plenário do Senado também aprovou segunda-feira requerimento dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do presidente da Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão, João Jorge Saad, ocorrido sábado. Conforme o requerimento, também serão apresentadas condolências à família do empresário.

Simon afirmou que Saad foi um homem sério, lutador e responsável "que jamais usou o poder incomensurável de uma rede de comunicação — maior do que o do Congresso Nacional — que não fosse a favor da verdade e na busca do melhor para o país". Ele lembrou que Saad sempre esteve preocupado com o Brasil e, há alguns anos, achou que o país tinha en-

contrado o rumo. "Ultimamente, não estava tão otimista", disse.

O senador pelo Rio Grande do Sul contou que, à época do regime militar, a Rede Bandeirantes de Televisão manteve o único programa com liberdade de debate e opinião, o *Crítica e Autocrítica*, aos domingos. "Sob o patrocínio da *Gazeta Mercantil*, representava um espaço livre para que alguns contestassem a ditadura e outros defendessem o regime", enfatizou.

Simon disse que os descendentes de árabes são lutadores, têm garra e vontade de vencer. "Como irmãos de raça, João Saad e eu, agradecemos ao Brasil por ter recebido nossas famílias de braços e corações abertos", declarou o senador, para quem os filhos do empresário herdaram seu espírito de luta e seriedade.

E manifestou sua certeza de que a empresa manterá os mesmos ideais de justiça e verdade que sempre nortearam o trabalho de Saad à frente da Bandeirantes.

O senador Lúcio Alcântara concordou com as palavras de Simon, lembrando que Saad venceu num mercado difícil, como o das comunicações, enfrentando concorrentes poderosos. "Ele manteve um espaço de liberdade para contestar, mesmo nos momentos mais difíceis da ditadura militar", afirmou.

Alcântara lembrou que, depois da democratização do país, Saad abriu espaços para o esporte nacional e internacional. "Nos dias de hoje, a Rede Bandeirantes é a que mais vinculação mantém com o esporte, numa visão de futuro que Saad conduzia com mãos firmes", disse ele.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Hidroginástica  
7h30 — *Especial Unip* — Cigarro e a boca  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Especial* — Parlamento brasileiro  
8h30 — *Entrevista* — Senador Amir Lando fala da privatização do setor elétrico  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Cidadania* — Senador Geraldo Althoff e a coordenadora nacional da pastoral da criança, Zilda Arns Neumann, falam sobre mortalidade infantil  
10h — Comissão de Constituição e Justiça (vivo)

12h — *Cores do Brasil* — Pernambuco  
12h30 — *Entrevista* — Senador Amir Lando fala da privatização do setor elétrico  
13h — *Especial* — Parlamento brasileiro  
13h30 — *Cidadania* — Senador Geraldo Althoff e a coordenadora nacional da pastoral da criança, Zilda Arns Neumann, falam sobre mortalidade infantil  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Educação (vivo)  
20h30 — *Entrevista* — Senador Amir Lando fala da privatização do setor elétrico  
21h — *Jornal do Senado*  
21h25 — *Senado em Pauta*  
21h30 — *Cidadania*  
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

## Pioneirismo marcou a vida do empresário

Ao manifestar seu pesar pelo falecimento de João Jorge Saad, proprietário da Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) salientou "a presença histórica e corajosa desse empresário de comunicação, que cumpriu uma trajetória de ousadia e competência".

Filho de imigrantes de Damasco, Síria, no início dos anos 40 João Saad abandonou o balcão da loja do pai, na Rua 25 de Março da cidade de São Paulo, para tornar-se caixeiro-viajante, disse o senador. Sete anos depois, casou-se com a filha de Adhemar de Barros, então governador de São Paulo, e passou a dedicar-se ao ramo

imobiliário e à Rádio Bandeirantes, acrescentou. Mas só em 1967 João Saad conseguiria fundar o canal 13 de São Paulo, emissora de televisão que foi totalmente destruída por um incêndio em 1979. Reerguida com dedicação pelo empresário, a emissora foi a primeira do país a transmitir em cores, afirmou o senador.

— Acompanhei de perto o empenho de Saad para instalar a emissora em Curitiba — relatou Álvaro Dias. Ele citou outra iniciativa pioneira adotada pela emissora durante a gestão de João Saad: a Bandeirantes foi também a primeira a transmitir sua programação em rede nacional via satélite.

# Pedro Simon cobra do governo política de defesa da Amazônia

A preservação do meio ambiente, a garantia da soberania nacional e o apoio ao desenvolvimento devem, segundo o parlamentar, orientar prioritariamente a atuação brasileira na região

O governo brasileiro e o Congresso Nacional "têm que olhar com muito mais profundidade para a Amazônia", alertou segunda-feira o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele lembrou declarações de autoridades estrangeiras segundo as quais "a Amazônia seria grande demais para só o Brasil cuidar e importante demais para o mundo".

A situação na Colômbia, o nar-



O senador Pedro Simon defendeu a continuidade do projeto Calha Norte

cotráfico e o comércio de armas na Amazônia exigem, na opinião de Simon, que o governo brasileiro se empenhe junto aos países latino-americanos limítrofes à região amazônica por uma política de preservação, desenvolvimento e garantia da soberania nacional sobre a Amazônia. "Temos

que fazer nossa parte", disse.

Ele se referiu a declarações de autoridades americanas que, em

razão da situação na Colômbia, já teriam aventado a possibilidade de enviar tropas àquele país por decisão da Organização dos Estados Americanos (OEA) e sem o aval da Organização das Nações Unidas (ONU), à semelhança do que aconteceu na Iugoslávia, invadida por tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

O senador defendeu o projeto Calha Norte, implementado pelo então presidente José Sarney, com a visão estratégica de ocupar as fronteiras da região, e disse que os parlamentares amazônidas têm, corretamente, reivindicado recursos orçamentários

que evitem a sua paralisação. O Calha Norte consta do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), reconheceu Simon, mas os recursos totalizam "algo parecido com zero, porque não dá para fazer praticamente nada".

Para o senador, é "compreensível" que os norte-americanos se preocupem com a possibilidade de a Colômbia instalar um sistema produtivo integralmente voltado para o narcotráfico. Ele observou que o Brasil também deve se preocupar, orientando um grande debate entre os países amazônicos sobre a região que é de sua responsabilidade coletiva.

## Mozarildo vê grave ameaça à soberania nacional

A perda de soberania do Brasil sobre a Amazônia também preocupa o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que abordou o tema em discurso no plenário. Ele denunciou o descaso e o abandono a que estão relegadas, no seu entender, as imensas fronteiras Norte e Oeste do Brasil, especialmente com a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana (ex-Guiana Inglesa), a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia e o próprio Paraguai.

— O Brasil, com raros momentos de exceção, vem sendo pensado e vivido apenas no litoral — disse Mozarildo, que alertou para o avanço da ação internacional rumo à "fragmentação da Amazônia".

Citando editoriais e artigos veiculados pela imprensa, o senador chamou a atenção para a intensa atividade na região de narcotraficantes e guerrilheiros colombianos, que estariam transformando a Amazônia numa nova base de operações.

Mas se, como afirmou um militar colombiano citado por Mozarildo, a Amazônia pode se transformar numa nova Colômbia, na ausência de uma política mais consistente, o senador enxerga outras ameaças à integridade da região. De autoridades norte-americanas ao falecido presidente francês François Mitterrand, muitas foram as pessoas importantes que questionaram os direitos do Brasil so-

bre a Amazônia, alertou.

O senador acha que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem adotado algumas medidas para reverter esse quadro, mas precisa reforçar o papel do governo federal na Amazônia. Ele defendeu a reativação do programa Calha Norte, o aumento dos investimentos nos municípios localizados na faixa de fronteira e a criação de novas unidades da Federação por meio do desmembramento de áreas gigantescas dos



Mozarildo destacou o aumento da influência do narcotráfico na região

estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso.

O desenvolvimento sustentado é outra preocupação de Mozarildo, que criticou a entrega de muitas ações públicas para organizações não-governamentais, nas quais ele vê "nítidos e profundos vínculos internacionais". Segundo o senador, as

ONGs recebem verbas enquanto o Exército, a Aeronáutica e a Marinha passam pelo pior período de restrição orçamentária.

## Amorim reage contra lobby ambiental

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) criticou o anúncio feito pelo secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, José Pedro de Oliveira, de que pretende utilizar os resultados da reunião de trabalho realizada em Macapá, no final de setembro, em reuniões internacionais previstas para o mês de outubro, em Brasília e em Bruxelas, relacionadas ao Programa Piloto de Florestas financiado pelo G-7.

Segundo Amorim, as informações seriam utilizadas para fornecer argumentos que pressionem outros ministérios no caso de conflito de interesse entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico. Dentre esses conflitos, informou, o mais evidente seria o cruzamento dos corredores biológicos com os eixos de desenvolvimento de programas econômicos federais.

— Quer dizer, quando aqui no Congresso a Comissão de Orçamento discute o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), baseado na reestruturação e criação de eixos nacionais de transporte e desenvolvimento, uma autoridade do governo brasileiro parte para reuniões internacionais levantando argumentos de ordem ambiental contrários à implementação desses eixos — criticou o senador.

Amorim perguntou "por que essa autoridade e o segmento de interesse que ela está representando não procuram o Congresso, onde os eixos de desenvolvimento estão sendo discutidos, e trazem as ponderações e as sugestões para subsidiar a decisão?".

Ele disse que já viu o processo de promoção de um programa de desenvolvimento da Amazônia ser abandonado por razões ambientais. "Fizeram isso em Rondônia, com a implantação de projetos de colonização pelo Incra, abandonados na década de 80, antes de serem consolidados, mas depois de gastarem dinheiro com empreiteiras para demarcação de terras e construção de rodovias e hidrelétricas", concluiu.



Para Ernandes Amorim, debate deve ocorrer no Congresso

## Nabor Júnior critica Stédile e prega a pacificação do campo

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) criticou as declarações do líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, que propôs a destruição de postos de pedágio, o fechamento de rodovias, a paralisação de hidrelétricas e a invasão indiscriminada de terras. O senador reconheceu o "direito sagrado" ao protesto, mas considerou inaceitável o incentivo a manifestações violentas.

Nabor defendeu o desarmamento de grupos paramilitares mantidos por fazendeiros e o desarmamento do espírito dos líderes dos sem-terra. Segundo

ele, o clima de violência não trará qualquer contribuição para o encaminhamento da questão agrária, acirrando ânimos e endurecendo posições.

O senador manifestou-se a favor da reforma agrária, defendendo a função social da terra, e disse não aceitar que o Brasil tenha de importar gêneros alimentícios enquanto imensas extensões de terra permanecem abandonadas ou com um aproveitamento muito inferior às suas potencialidades. Ele condenou a formação de milícias privadas para atacar quem apenas quer produzir comida e conquistar meios para criar os filhos,



Nabor Júnior condenou a formação de grupos armados por fazendeiros

mas frisou que "dá a propiciar um explosivo clima de violências e agressões às estruturas da democracia vai uma distância muito grande".

Para Nabor, o destempero verbal de Stédile é perigoso, pela posição que ele ocupa dentro do MST. "Um carbonário

irresponsável é capaz de levar a massa ensandecida a cometer as maiores atrocidades", acrescentou, mencionando a capacidade demonstrada por Adolf Hitler para empolgar as massas na Alemanha nazista.

Como exemplos de reações equilibradas, Nabor citou as palavras do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que atribuíram as declarações de Stédile a um "exagero de linguagem" ou "um momento de exaltação".

Nabor também questionou a intenção de membros do governo de usarem a Lei de Segurança Nacional (LSN) para punir Stédile, perguntando se "deve-se usar este instrumento, remanescente da ditadura, para apagar incêndios numa área tão sensível e explosiva".